

PETROPOLITANAS



Estado diz que vai monitorar adequações do posto

Falhas no Leônidas Sampaio devem ser discutidas nesta quarta

Uma audiência na 4ª Vara Cível de Petrópolis será realizada nesta quarta-feira (21) para tratar das irregularidades identificadas no Pronto Socorro Leônidas Sampaio. O caso envolve uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), que pede que a Prefeitura de Petrópolis e o Governo do Estado corrijam os problemas encontrados na unidade de saúde. Entre as irregularidades apontadas em fiscalizações estão infiltrações, presença de mofo, fiação elétrica exposta, falta de climatização em áreas de atendimento, ausência de acessibilidade e falhas na rede de gases medicinais, especialmente no setor de pediatria. As vistorias foram realizadas pelo Conselho Regional de Enfermagem do Rio de Janeiro (Coren-RJ), pela Vigilância Sanitária Estadual e pelo Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Cremerj).

Cartões do “Cesta Cheia, Família Feliz”

A Prefeitura iniciou nesta terça-feira (20) a entrega dos novos cartões do “Cesta Cheia, Família Feliz”. O trabalho é realizado pela Secretaria de Assistência Social, que organizou um calendário para atender os mais de quatro mil beneficiários por ordem alfabética até o próximo dia 29. EM nota, a Prefeitura informou que, no dia 15 de setembro, a Prefeitura foi surpreendida com um comunicado unilateral da empresa O2 Plus Card, antiga operadora dos cartões, informando a suspensão imediata de novas recargas.



Beneficiários vão receber novos cartões do programa até o dia 29

Dificuldades financeiras severas da empresa

O motivo, segundo a Prefeitura foi de “dificuldades financeiras severas” da própria empresa. “A Prefeitura manteve rigorosamente em dia todos os pagamentos e obrigações financeiras com a O2 e a suspensão do serviço pela empresa foi resultado exclusivo do colapso financeiro da operadora. A Prefeitura considera a atitude da empresa irresponsável e está adotando todas as medidas cabíveis para responsabilizar a O2 pelos danos causados e garantir a preservação de eventuais saldos remanescentes nos cartões”, disse em nota.

Como funciona o auxílio de R\$ 120 por mês

O Cesta Cheia, Família Feliz é um auxílio de R\$ 120 por mês concedido para mais de quatro mil famílias de baixa renda e que enfrenta vulnerabilidade social e insegurança alimentar. O recurso pode ser usado em supermercados, mercadinhos, mercearias, padarias, açougues, sacolão e hortifrúteis para fazer compras de alimentos. São mais de 160 estabelecimentos credenciados que aceitam o pagamento com o cartão do programa.

Pacientes com Crohn

A Prefeitura de Petrópolis lançou uma carteira de identificação para pessoas diagnosticadas com Doença de Crohn e Retocolite Ulcerativa. Previsto na Lei Municipal nº 9.261/2026, o documento garante atendimento preferencial em órgãos públicos, empresas privadas, concessionárias de serviços públicos e estacionamentos prioritários do município.

Como solicitar a carteira

A emissão é gratuita e deve ser solicitada presencialmente na Secretaria de Saúde, de segunda a sexta-feira, das 8h às 16h. É necessário apresentar requerimento preenchido, laudo médico com diagnóstico e indicação do CID-10 K50 ou K51, documento de identificação com foto, CPF, comprovante de residência atualizado dos últimos três meses e foto 3x4.

Atendimento humanizado

O pedido pode ser feito pela própria pessoa diagnosticada ou por representante legal, mediante declaração de próprio punho. A renovação não exige a apresentação de um novo laudo médico. “Nosso compromisso é garantir que todos os cidadãos tenham seus direitos respeitados e acesso a um atendimento mais humanizado”, destacou Hingo Hammes.

Outra vez

A Prefeitura de Petrópolis prorrogou por mais 90 dias o prazo para empresas interessadas em oferecer leitos de clínica médica à rede pública municipal se credenciar. O chamamento público prevê a contratação de 100 leitos, mas, segundo a Secretaria Municipal de Saúde, nenhum pedido de credenciamento havia sido apresentado até o momento da publicação.

Janeiro como prazo

Com a prorrogação, o prazo para entrega dos requerimentos passou de 20 de outubro de 2026 para 18 de janeiro de 2027, às 10h. A medida foi publicada no Diário Oficial do Município na sexta-feira (16). O objetivo da prorrogação, segundo o documento, é ampliar a participação de possíveis prestadores de serviços.

Sem propostas

De acordo com o aviso assinado pela secretária municipal de Saúde, Clarissa Rippel Bolson Guita, a prorrogação altera apenas o prazo para apresentação dos requerimentos. As demais condições e exigências previstas no edital original permanecem válidas. Esse é o segundo chamamento que o Município não recebe propostas.

União cita R\$ 411,5 mi em investimentos em prevenção desde 2023

Por **Gabriel Rattes**

O Ministério das Cidades informou ao Correio Petropolitano que foram destinados R\$ 411,5 milhões para ações de habitação, saneamento básico, prevenção de desastres, infraestrutura urbana, regularização fundiária e renovação da frota de ônibus em Petrópolis, entre 2023 e 2026. A manifestação foi enviada após questionamentos relacionados à reportagem publicada pelo jornal em 15 de outubro, sobre um artigo científico que aponta falhas históricas do poder público na prevenção de desastres no município.

Na nota, o governo federal afirma que estabelece programas e destina recursos a partir de processos seletivos de propostas apresentadas pelos governos locais e estaduais. Segundo a pasta, a elaboração dos projetos, a contratação das empresas executoras por meio de licitação e a gestão das obras ficam sob responsabilidade dos entes públicos beneficiados.

O posicionamento ocorre no contexto da publicação de um estudo assinado pelo ex-secretário municipal de Defesa Civil Guilherme Costa de Souza Moraes e outros três pesquisadores. O artigo analisa a atuação das esferas municipal, estadual e federal e sustenta que a falta de medidas preventivas diante de riscos conhecidos pode caracterizar omissão estatal.

OBRAS DE DRENAGEM

Entre as intervenções citadas pelo Ministério das Cidades estão obras de proteção de taludes nos rios Santo Antônio, Cuiabá e Carvão; estudos e projetos para recuperação do túnel do Palatinato; drenagem e contenção na Rua Primeiro de Maio; controle de cheias na bacia do Rio Quitandinha; e implantação do Parque Fluvial Linear da Avenida Barão do Rio Branco.

De acordo com a pasta, dois dos cinco empreendimentos estão concluídos, enquanto um apresenta 73,92% de execução. Os outros dois, selecionados em 2024, estão em fase de licitação. No caso do controle de cheias do Rio Quitandinha, a contratação já foi formalizada.

O ministério também informou que cerca de R\$ 85,7 milhões correspondem a propostas para contenção de encostas selecionadas a partir de 2024, após 12 anos sem novas seleções de investimentos nessa área.

Entre os projetos menciona-

dos estão intervenções selecionadas em 2012, com aproximadamente 59% de execução, e obras contempladas a partir de 2024, que estão em diferentes etapas de aprovação, licitação e execução. Na região da Alcobaçinha, uma intervenção de R\$ 7,3 milhões foi licitada e recebeu autorização para início em julho de 2026.

SOBRE O ESTUDO

Publicado em abril de 2026, o artigo científico analisa a previsibilidade dos riscos e o dever jurídico de prevenção dos poderes públicos. Os autores estimam em cerca de R\$ 316,3 milhões o custo das intervenções previstas para as áreas de risco mapeadas em 2017 e comparam o valor aos aproximadamente R\$ 2,38 bilhões em danos materiais e prejuízos registrados em Petrópolis entre 1991 e 2024.

O trabalho também aponta que o Plano Plurianual (PPA) de 2014 a 2017 destinou 0,25% dos recursos municipais à Defesa Civil. Na conclusão, os pesquisadores defendem investimentos permanentes em prevenção, maior integração entre os governos e a possibilidade de responsabilização por omissões, desde que atendidos os requisitos legais. O estudo não representa uma decisão judicial nem estabelece culpa definitiva de gestores.

Em resposta à reportagem anterior, a Prefeitura de Petrópolis afirmou que a prevenção passou a ser tratada como prioridade pela atual administração, com a inclusão da resiliência e da gestão de riscos como eixo estrutural do PPA 2026-2029. O município também declarou que o artigo aborda falhas acumuladas ao longo de décadas, sem se referir especificamente à atuação da gestão atual.

PRIORIDADE À PREVENÇÃO

Ao final da nota enviada ao Correio, o Ministério das Cidades reconheceu, em consonância com estudos acadêmicos, que os desastres resultam da combinação entre eventos climáticos extremos e vulnerabilidades socioambientais construídas historicamente durante o processo de urbanização.

A pasta defendeu a mudança de uma cultura centrada na resposta às tragédias para uma política pública que priorize a prevenção, a redução de riscos e a proteção das populações mais vulneráveis.